



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

CADERNO ODS

Departamento de Economia e Estatística

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



**Disponibilidade e manejo sustentável
da água e saneamento**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Daiane Boelhouwer Menezes

Disponibilidade e manejo sustentável da água e
saneamento: a situação do Rio Grande do Sul
no cumprimento das metas do ODS 6

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE-SPGG)

Analista Pesquisadora: Mariana Lisboa Pessoa

Porto Alegre
Setembro de 2021

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise de Políticas Sociais: Daiane Boelhauer Menezes

Revisão técnica: André Coutinho Augustin, Daiane Boelhauer Menezes, Guilherme

Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Rodrigo Daniel Feix

Revisão de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann

Normalização bibliográfica: Katia Midori Hiwatashi

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P475d Pessoa, Mariana Lisboa.

Disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento : a situação do Rio Grande do Sul no cumprimento das metas do ODS 6 / Mariana Lisboa Pessoa. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.

17 p. : il.

(Cadernos ODS).

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5
1 ATÉ 2030, ALCANÇAR O ACESSO UNIVERSAL E EQUITATIVO À ÁGUA POTÁVEL E SEGURA PARA TODOS	5
2 ATÉ 2030, ALCANÇAR O ACESSO A SANEAMENTO E HIGIENE ADEQUADOS E EQUITATIVOS PARA TODOS E ACABAR COM A DEFECÇÃO A CÉU ABERTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS NECESSIDADES DE MULHERES E MENINAS E DAQUELES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	9
3 ATÉ 2030, MELHORAR A QUALIDADE DA ÁGUA, REDUZINDO A POLUIÇÃO, ELIMINANDO O DESPEJO E MINIMIZANDO A LIBERAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAIS PERIGOSOS, REDUZINDO À METADE A PROPORÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS NÃO TRATADAS E AUMENTANDO SUBSTANCIALMENTE A RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO SEGURA GLOBALMENTE	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários. Os ODSs seguiram-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), igualmente propostos pela ONU em 2000, com a finalidade de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo até 2015. Por sua vez, os ODSs consistem em um conjunto mais abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, em 2015, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030. Os ODSs devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Embora várias das metas estabelecidas pela Agenda 2030 não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que elas sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido. Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação do ODS 6 no Rio Grande do Sul, traçando alguns comparativos com a realidade nacional ou com a de outros estados.

O ODS 6 trata de “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e o saneamento para todas e todos”¹ e abrange oito metas, que buscam analisar a situação do acesso da população à água potável de qualidade e de fontes seguras e ao esgotamento sanitário — que reflete na saúde e no bem-estar da população e da preservação do meio ambiente —, o uso racional e a gestão eficiente dos recursos hídricos e a otimização da oferta.

A meta 6.1 consiste em **alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos**, e para acompanhar esse indicador, foi considerada como fonte segura de abastecimento de água o acesso à rede geral de abastecimento com uma frequência mínima de abastecimento em quatro dias da semana. No Brasil, em 2019, o percentual de moradores residentes em domicílios com acesso à fonte segura de abastecimento de água era de 93,2%, e, no Rio Grande do Sul (sexto colocado entre as unidades federativas), era de 98,8%. Ambos os percentuais se mantiveram estáveis em relação aos anos anteriores.

Em relação ao componente de saneamento da meta 6.2 — **alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades de mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade** —, no Brasil, em 2019, a parcela da população residente em domicílio com esgoto conectado à rede geral de coleta, rede pluvial ou fossa séptica ligada à rede aumentou de 64,8% em 2016 para 66,3% em 2019. Já no RS, esse percentual foi de 70,1%, sendo o maior registrado no período analisado — em 2016, era de 66,2% — deixando o estado em sétima posição entre as unidades federativas. Com relação ao componente de higiene da meta, a parcela da população residente em domicílio com banheiro de uso era de 98,1% no Brasil, em 2019. Nesse ano, o RS era o nono colocado entre as unidades federativas, com um percentual de 99,8%.

Por último, com relação à meta 6.3 — **melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando o despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente** — em 2019, 25,9% da população do RS residia em domicílios com tratamento de esgoto sanitário, percentual muito próximo aos dos anos anteriores. Já no Brasil, em 2019, 49,1% da população dispunha de tratamento de esgoto doméstico, proporção que aumentou gradativamente a partir 2016.

¹ NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: água potável e saneamento**. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ODS 6: ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coordenou o desenvolvimento de uma série de indicadores para possibilitar o acompanhamento periódico das metas e submetas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), nos níveis nacional e regional, adaptando-a à realidade brasileira e à disponibilidade de dados. São, ao todo, 254 indicadores (para os 17 ODS), sendo 96 já produzidos, 92 em construção, 58 que não possuem dados disponíveis para a elaboração e oito que não se aplicam ao Brasil (IBGE, 2021). Para o ODS 6, foram concebidos 10 indicadores, e um ainda está em fase de construção/desenvolvimento.

Para o presente relatório de acompanhamento, entretanto, não foi possível calcular os indicadores propostos, devido à falta de atualização da maioria dos dados que lhes servem de base¹, em parte devido ao atraso na compilação e publicação das informações, provocado pela pandemia da Covid-19, em parte porque as bases de dados sobre saneamento, de maneira geral, possuem uma defasagem temporal bastante significativa. Essa defasagem é resultado da inexistência de uma cultura de dados que valorize a importância de se terem séries estatísticas confiáveis, detalhadas e atualizadas para a gestão, especialmente na área de infraestrutura.

Diante dessa dificuldade, o presente relatório analisará dados complementares que possibilitem avaliar a evolução do Brasil e das UFs, tendo-se por referência o período de vigência do ODS (a partir de 2015), sempre que se dispuser de alguma atualização. Nenhuma das metas aqui enfocadas contou com dado atualizado para o ano de 2020, de modo que não foi possível fazer nenhuma relação dos indicadores com possíveis efeitos causados pela pandemia da Covid 19.

1 ATÉ 2030, ALCANÇAR O ACESSO UNIVERSAL E EQUITATIVO À ÁGUA POTÁVEL E SEGURA PARA TODOS

Para alcançar o objetivo de fornecer a toda população abastecimento de água potável de qualidade, atingindo, assim, o que é preconizado na meta 6.1, são necessárias políticas públicas que garantam não apenas a universalização do acesso à água, especialmente pelas populações mais carentes, mas também a regularidade e a qualidade da água disponível para consumo. Diante disso, para acompanhar a evolução do indicador 6.1.1 (Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura), optou-se por considerar como fonte segura de abastecimento de água a rede geral de distribuição, desde que o fornecimento se efetive com uma frequência de no mínimo quatro dias por semana².

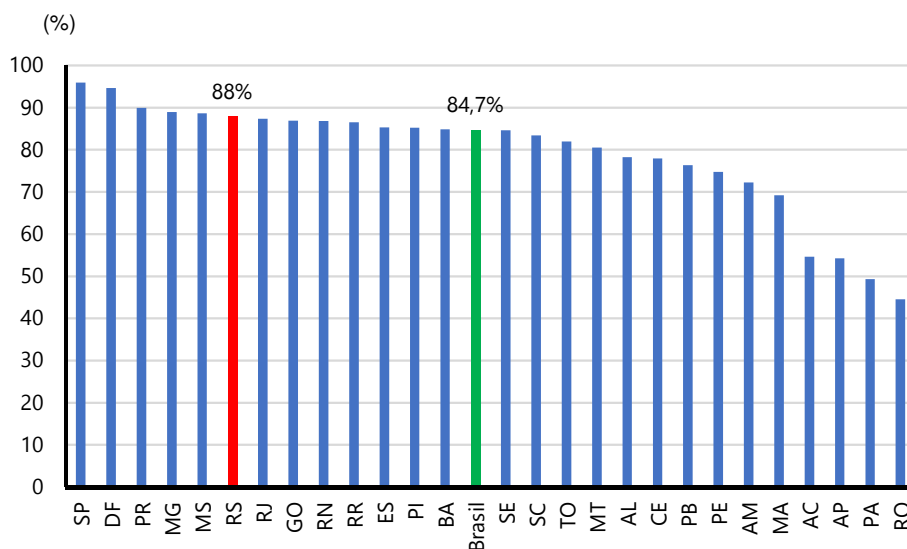
No Brasil, em 2019, 84,7% dos moradores tinham acesso à água através da rede geral de distribuição, percentual que se manteve estável em relação aos anos anteriores: 84,9% nos três anos (2016, 2017 e 2018). Ainda em 2019, 7,5% dos moradores eram abastecidos mediante poço profundo ou artesiano; outras fontes de abastecimento — que englobam poço raso, freático, cacimba, fonte, nascente e outras — representavam 7,8%. A unidade federativa com maior percentual de moradores abastecidos pela rede geral, em 2019, era São Paulo, com 95,9%, seguida por Distrito Federal (94,6%), Paraná (89,9%) e Minas Gerais (88,9%), ficando o Rio Grande do Sul em sexto lugar, com 88%. Dois estados (Pará e Rondônia) possuem menos da metade da população com acesso à rede geral de distribuição, com proporções de 49,3% e 44,5%, respectivamente (Figura 1).

¹ Atualização em relação ao já apresentado no relatório anterior: PESSOA, M. L. **Disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento: ODS 6 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202006/22113042-19162249-cadernos-ods-6-agua-potavel-e-saneamento-3-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

² Considera-se como referência o indicador desenvolvido pelo IPEA, respeitando as limitações de disponibilidade de dados.

Figura 1

Percentual da população com acesso à rede geral de abastecimento, no Brasil e nas unidades federativas — 2019

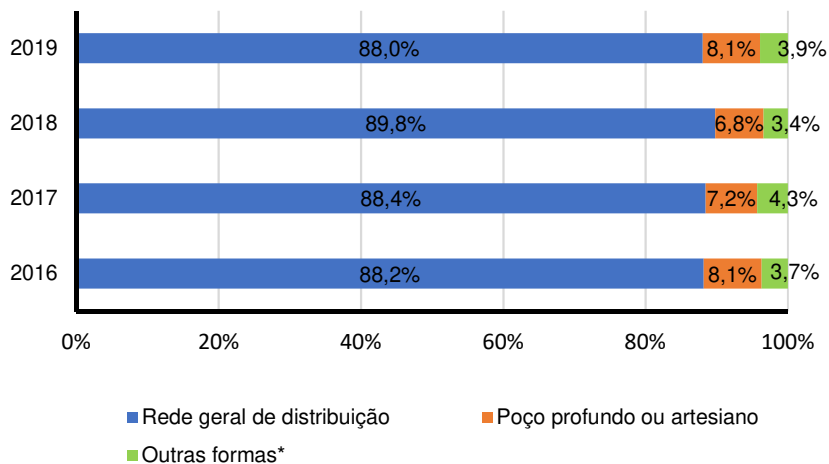


Fonte: IBGE (2019).

No Rio Grande do Sul, o percentual de moradores em domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água, em 2019, era de 88%, valor menor do que no ano anterior, em que 89,8% dos moradores possuíam acesso a esse tipo de fonte de abastecimento, quebrando-se, com isso, a sucessão de avanços verificada no indicador desde 2016, quando se partia de um patamar de 88,2%. Ressalta-se que, em 2019, portanto, o resultado foi o menos satisfatório, dentre as quatro medições. O abastecimento via poço profundo ou artesiano teve um aumento em 2019, com 8,1%, em relação a 2018, que tinha 7,2% dos moradores abastecidos dessa forma, voltando ao patamar apresentado em 2016. Outras fontes de abastecimento representavam 3,7% no último ano analisado, apresentando uma diminuição discreta em relação ao ano anterior, que era de 4,3% (Figura 2).

Figura 2

Percentual da população, por tipo de abastecimento de água, no Rio Grande do Sul — 2019



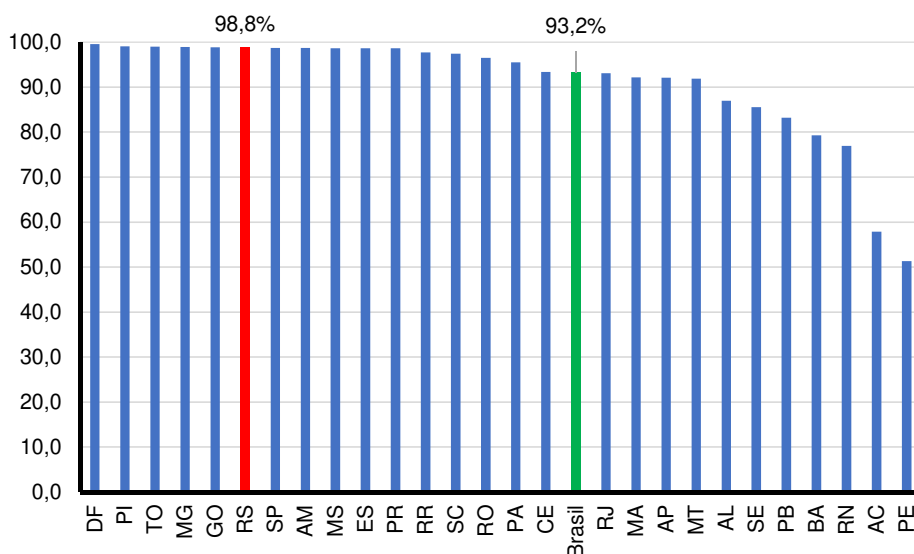
Fonte: IBGE (2019).

Nota: outras formas de abastecimento consistem em poço raso, freático, cacimba, fonte ou nascente.

No Brasil, em 2019, o percentual de moradores residentes em domicílios com acesso a fonte segura de abastecimento de água era de 93,2%, percentual que se manteve estável em relação ao ano anterior, que era de 93,3%, e um pouco maior do que em 2016 e 2017, quando era de 92,1% e 92,3%, respectivamente. Como mostra a Figura 3, o Distrito Federal foi a unidade federativa que apresentou o maior percentual em 2019: 99,5%, seguida de Piauí e Tocantins, ambas com 99%. O RS foi o sexto colocado, com 98,8%.

Figura 3

Percentual da população com acesso à fonte segura de abastecimento de água, no Brasil e nas unidades federativas — 2019

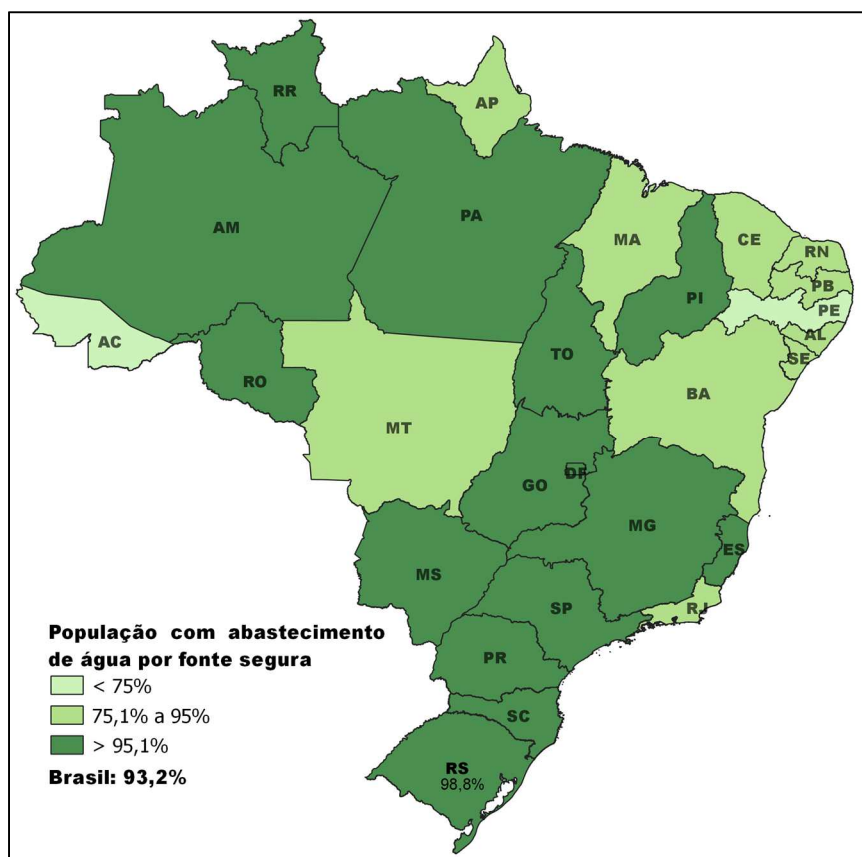


Fonte: IBGE (2019).

No RS, dos 98,8% dos moradores com acesso à fonte segura de abastecimento de água, 97,9% o tinham diariamente e 0,9% entre quatro e seis dias na semana, em 2019. Esse percentual foi ligeiramente menor do que no ano anterior (99,2%), sendo que o percentual de usuários com abastecimento diário se manteve igual nos dois anos, e o de moradores com abastecimento de quatro a seis dias na semana caiu de 1,3% para 0,9%, aumentando, portanto, o percentual de residentes com abastecimento em menos de quatro dias na semana (1,2% em 2019 contra 0,8% em 2018). Em 2016, a população com acesso a fonte segura de abastecimento era o maior da série analisada, 99,4%.

Figura 4

Percentual de moradores de domicílios com abastecimento de água por fonte segura no Brasil — 2019



Fonte: IBGE (2019).

De acordo com dados do Painel Saneamento Brasil³, a parcela da população que possuía acesso à água com regularidade adequada era, em 2019, de 76,2%, percentual maior do que o do ano anterior (74,3%), porém menor do que em 2017 e 2016, quando os percentuais eram de 85,2% e 85,9%, respectivamente. No RS, o percentual de população com abastecimento regular de água também apresentou queda no período analisado, de 99,1% em 2016 para 88,9% em 2019, com a queda mais expressiva tendo ocorrido entre 2017 e 2018, quando o valor passou de 97,8% para 87,9%, respectivamente (Figura 5).

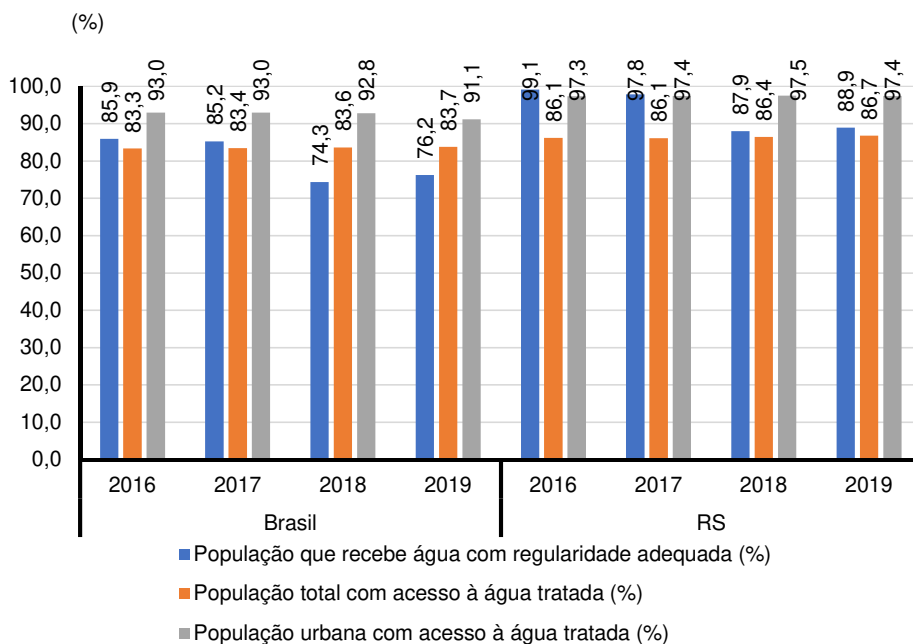
Já o percentual da população com acesso à água tratada oscilou entre 83,3% e 83,7% de 2016 a 2019, no Brasil. Considerando-se a população total (áreas urbanas e rurais), os percentuais foram decrescendo, passando de 93% em 2016 e 2017 para 92,8% em 2018. Em 2019, esse percentual passou para 91,1%. No Rio Grande do Sul, o percentual de pessoas com acesso à água tratada teve uma pequena oscilação, passando de 86,1% em 2016

³ O Painel Saneamento Brasil é produzido pelo Instituto Trata Brasil (2019) e compila dados de diversas fontes (como IBGE, SINIS e DATASUS) referentes à situação do Brasil e das unidades federativas no âmbito do saneamento básico, e está disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>.

para 86,7% em 2019. Já nas áreas urbanas, esses percentuais se mantiveram praticamente estáveis no período, em torno de 97,5% (Figura 5).

Figura 5

Percentual da população com acesso regular à água, população total com acesso à água tratada e população urbana com acesso à água tratada, no Brasil e no RS — 2016-19



Fonte: Instituto Trata Brasil (2019).

Essa redução nos percentuais de população com acesso regular à água pode estar relacionada com uma piora na qualidade de vida, resultado de uma situação econômica mais adversa, que potencializa a precarização das moradias. No entanto, para poder-se afirmar tal hipótese, seria necessária uma análise mais aprofundada, baseada em dados que possibilitem verificar o comportamento de diversos aspectos da realidade socioeconômica.

2 ATÉ 2030, ALCANÇAR O ACESSO A SANEAMENTO E HIGIENE ADEQUADOS E EQUITATIVOS PARA TODOS E ACABAR COM A DEFECAÇÃO A CÉU ABERTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS NECESSIDADES DE MULHERES E MENINAS E DAQUELES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

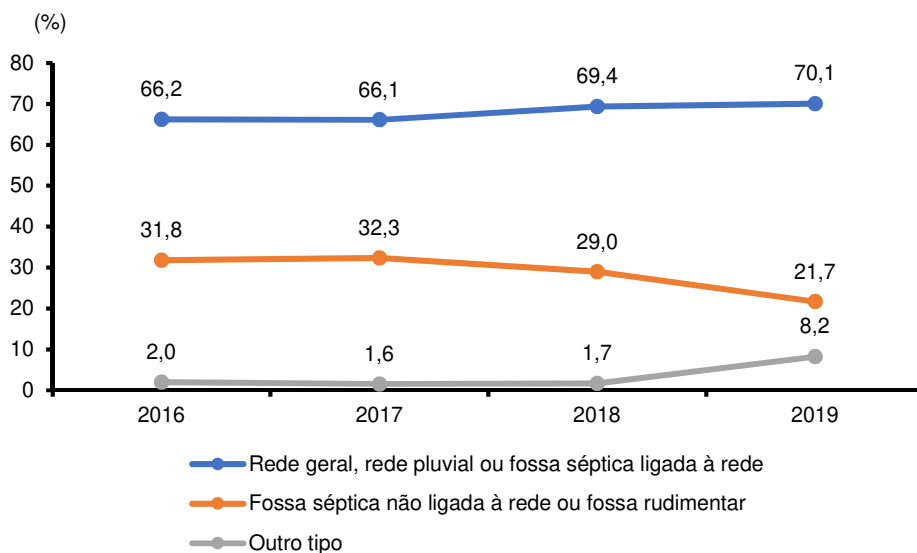
A meta 6.2 possui dois componentes de análise, sendo o primeiro relacionado diretamente com o saneamento (população com acesso a serviços de esgotamento sanitário geridos de forma segura), e o segundo, com a higiene (especialmente focando na população com acessos a instalações para lavar as mãos com água e sabão).

Com relação ao componente de saneamento, no Brasil, a parcela da população que reside em domicílio com esgoto conectado à rede geral de coleta, rede pluvial ou fossa séptica ligada à rede aumentou de 64,8% em 2016 para 66,3% em 2019. Nesse ano, a população residente em domicílio com fossa séptica não ligada à rede ou fossa rudimentar correspondia a 20,2% (menor percentual da série, que apresentava valores em torno de 32% entre 2016 e 2018), enquanto outro tipo de esgotamento sanitário correspondia a 13,5%, percentual muito superior aos

dos anos anteriores, em que a parcela da população com outras formas de esgotamento sanitário oscilava em torno de 3,5% (Figura 6).

Figura 6

Percentual da população por tipo de esgotamento sanitário, no Brasil — 2016-19

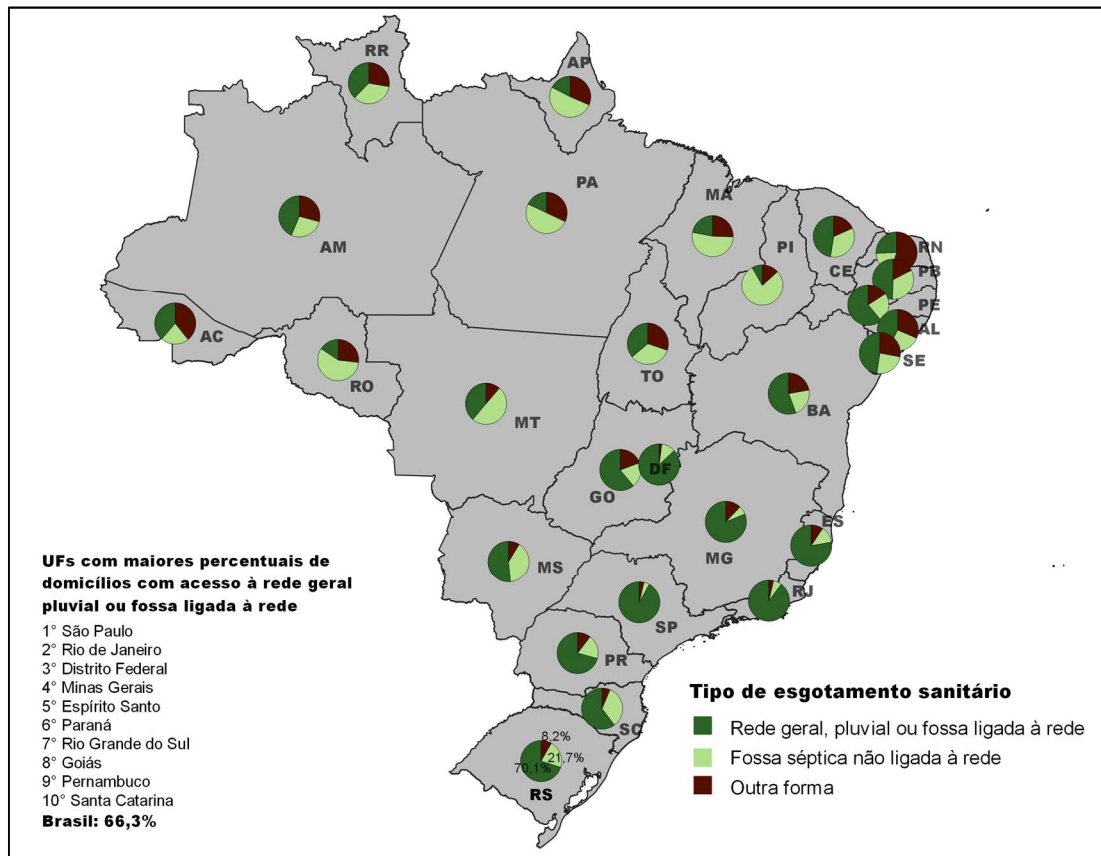


Fonte: IBGE (2019).

Como mostra a Figura 7, o Rio Grande do Sul era o sétimo colocado entre as unidades federativas com relação ao percentual da população com acesso à rede geral de esgotamento sanitário, com 70,1% da população dispondo desse serviço, vindo atrás de São Paulo (91,9%), Rio de Janeiro (89,9%), Distrito Federal (86,9%), Minas Gérias (81,2%), Espírito Santo (77,7%) e Paraná (70,8%).

Figura 7

Tipos de esgotamento sanitário no Brasil — 2019

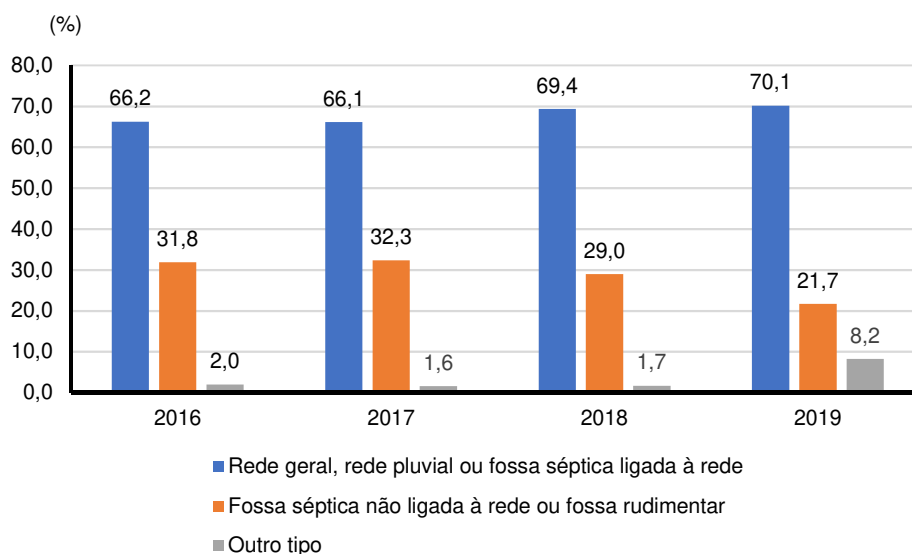


Fonte: IBGE (2019).

O percentual estadual de 70,1% de pessoas com acesso aos serviços de esgotamento sanitário ligados à rede geral (seja direta ou indiretamente — através de fossa séptica ligada à rede), em 2019, foi o maior registrado no período analisado. Em 2016, essa parcela da população correspondia a 66,2%, passando para 66,1% em 2017, e para 69,4% em 2018. Seguindo a tendência do Brasil, o percentual de pessoas que utilizam fossa rudimentar ou fossa séptica não ligada à rede caiu, em 2019, em relação aos anos anteriores, passando de 31,8% em 2016, 32,3% em 2017 e 29% em 2018 para 21,7% em 2019. Já o percentual da população que utiliza outros tipos de esgotamento sanitário subiu, também, em 2019, para 8,2%, percentual quase cinco vezes maior do que no ano anterior, quando se limitou a 1,7% (resultado muito próximo ao dos anteriores: 1,6% em 2017 e 2% em 2016). Da mesma forma que a diminuição do acesso regular à água, o aumento de outras formas de esgotamento sanitário pode ser um indicativo de piora na qualidade do acesso à habitação, mas também aqui seria necessária uma análise mais robusta para confirmar tal hipótese.

Figura 7

Percentual da população, por tipo de esgotamento sanitário, no RS — 2016-19

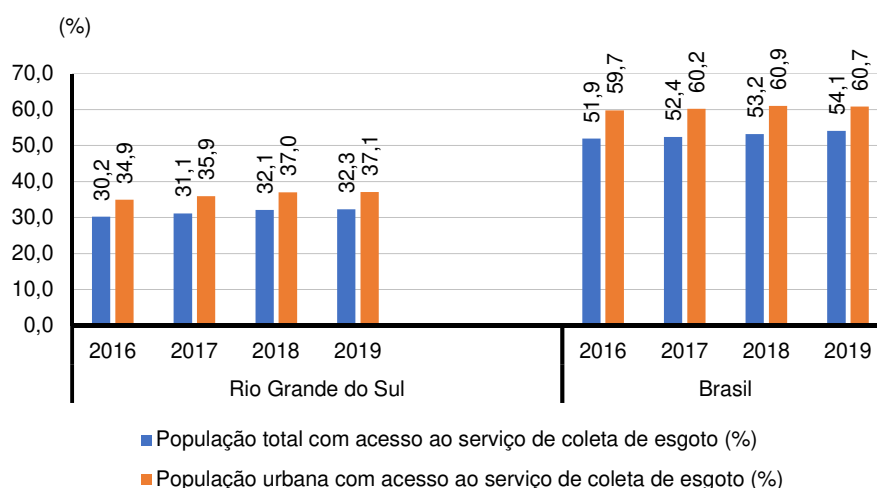


Fonte: Instituto Trata Brasil (2019).

De acordo com os dados do Painel Saneamento Brasil, no País, em 2019, 54,1% da população tinha acesso ao serviço de coleta de esgoto, contra 53,2% em 2018, 52,4% em 2017 e 51,9% em 2016, o que configura uma tendência de avanço continuado, ainda que lento. Já nas áreas urbanas, esse percentual era de 60,7% em 2019, muito próximo ao dos anos anteriores, quando foram de 59,7% em 2016, 60,2% em 2017 e 60,9% em 2018. No Rio Grande do Sul, a parcela da população total que tinha acesso a serviços de coleta de esgoto era acentuadamente inferior ao parâmetro nacional, em toda a série, mas também apresentou incrementos graduais. Representou 32,3% do total em 2019, 32,1% em 2018, 31,1% em 2017 e 30,2% em 2016. Já a população urbana com acesso a esse tipo de serviço correspondia a 37,1% do total em 2019 contra 34,9% em 2016 (Figura 8).

Figura 8

Percentual da população, por tipo de esgotamento sanitário, no RS e no Brasil — 2016-19



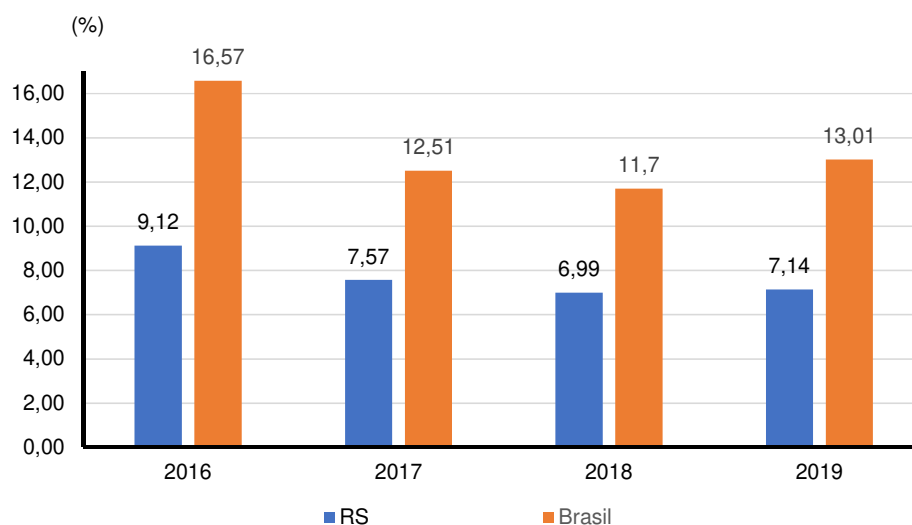
Fonte: Instituto Trata Brasil (2019).

Ainda de acordo com o Painel, a taxa de incidência de internações hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas com a falta de saneamento foi de 7,14 internações por 10 mil habitantes no RS, em 2019, a

menor da série analisada, sendo que 2016 apresentou a maior taxa, com 9,12 internações para cada 10 mil habitantes. No Brasil, essa taxa, em 2019, foi quase o dobro da gaúcha: 13,01 internações por 10 mil habitantes, percentual maior do que em 2018 e 2017 (11,7 e 12,51, respectivamente) e menor que em 2016: 16,57 (Figura 9). Já em relação às despesas⁴ com internações relacionadas à falta de saneamento, na população total, o RS gastou, em 2019, R\$ 3.751.063,75, 3,8% a mais do que no anterior e 13,7% menor do que em 2016, quando esse valor havia sido de R\$ 4.345.753,69. No Brasil, esse valor foi de R\$ 108.097.605,38, em 2019, 13,9% a mais do que em 2018 e 13,7% a menos do que em 2016 (R\$ 125.296.456,53).

Figura 9

Taxa de internações hospitalares relacionadas com a falta de saneamento, por 10 mil habitantes, no RS — 2016-19



Fonte: Instituto Trata Brasil (2019).

Com relação ao componente de higiene da meta 6.2, a parcela da população residente em domicílio com banheiro de uso exclusivo (o que pressupõe a não defecação a céu aberto e a presença de um local adequado para lavar as mãos com água e sabão, que são indicadores de higiene bastante importantes) era de 98,1% no Brasil, em 2019, mesmo valor do ano anterior e ligeiramente menor do que em 2017, quando esse percentual atingiu 98,3%. O RS era o nono colocado entre as unidades federativas, com um percentual de 99,8% em 2019 e 2018 e de 99,7% em 2016. Em 2019, apenas quatro estados tinham esses percentuais abaixo de 90%: Amazonas (89,2%), Maranhão (88,1%), Pará (86,5%) e Acre (81,3%).

⁴ A fonte utilizada pelo Painel Saneamento Brasil, para esse dado, é o Datasus, e não há informação sobre a aplicação de deflador nos valores monetários apresentados, assumindo-se, portanto, que se tratam de valores históricos (nominais).

3 ATÉ 2030, MELHORAR A QUALIDADE DA ÁGUA, REDUZINDO A POLUIÇÃO, ELIMINANDO O DESPEJO E MINIMIZANDO A LIBERAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAIS PERIGOSOS, REDUZINDO À METADE A PROPORÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS NÃO TRATADAS E AUMENTANDO SUBSTANCIALMENTE A RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO SEGURA GLOBALMENTE

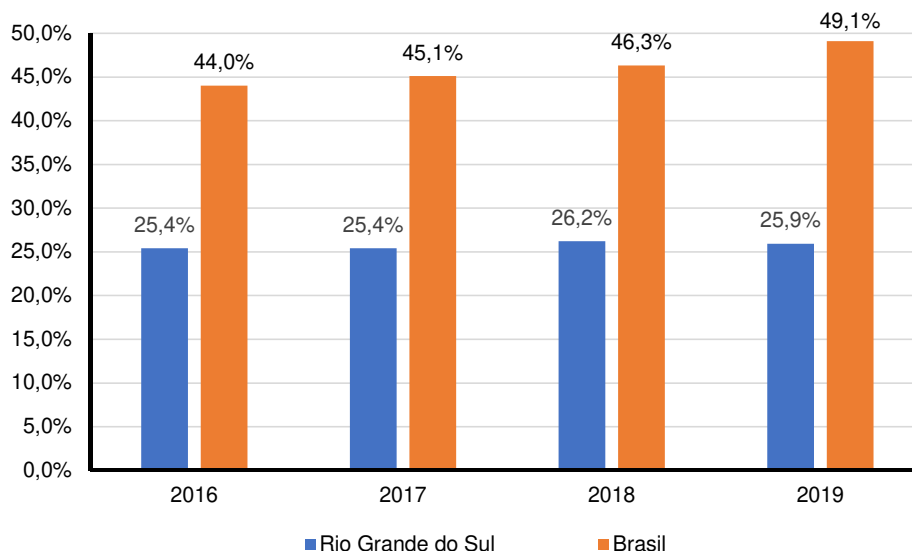
A meta 6.3 tem por objetivo reduzir à metade, até 2030, o volume de esgoto doméstico e de efluentes industriais despejados diretamente nos cursos e corpos d'água sem tratamento adequado, o que significa tratar 75% das águas residuais no Brasil.

Uma das formas de medir esse indicador é analisar o volume de efluentes (domésticos e industriais) que recebem algum tipo de tratamento antes de serem lançados nos mananciais. Porém, com a inexistência de uma base de dados sistematizada sobre o tratamento de efluentes industriais, o acompanhamento é feito apenas para o esgoto doméstico tratado, através da análise da razão entre o volume de esgoto tratado e o volume de água consumida.

Em 2019, 25,9% da população do RS residia em domicílios com tratamento de esgoto sanitário, percentual muito próximo aos dos anos anteriores: 25,4% em 2016 e 2017 e 26,2% em 2018. Já no Brasil, em 2019, 49,1% da população dispunha de tratamento de esgoto doméstico, proporção que aumentou gradativamente a partir 2016, quando essa parcela correspondia a 44%, passando para 45,1% em 2017 e para 46,3% em 2018.

Figura 10

Percentual da população residente em domicílios com tratamento de esgoto sanitário, no Brasil e no RS — 2016-19



Fonte: Instituto Trata Brasil (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o presente relatório não tenha apresentado os indicadores propostos pelo IPEA para acompanhamento do ODS, por falta de bases de dados atualizadas, alguns dados alternativos permitiram fazer uma análise da evolução da situação do saneamento no País e no RS.

Essa análise evidenciou que os indicadores apresentaram oscilações, de maneira geral, sutis, no período analisado, mas nenhum avanço significativo em direção ao cumprimento das metas propostas. Em geral, indicadores de saneamento possuem uma temporalidade de resposta mais lenta, uma vez que dependem de obras de infraestrutura que são caras, de grande porte e, portanto, de uma execução mais demorada. Por essa razão, muitas vezes, essas obras não são priorizadas pelos governos, porque os resultados demoram a aparecer, extrapolando o tempo do mandato governamental. Mesmo quando executadas, as melhoras demoram a aparecer nos indicadores, de forma que avanços importantes ainda não foram detectados no Brasil e no RS.

Algumas pequenas variações nos dados (como a diminuição da população com acesso regular à água potável e o aumento das fontes alternativas de esgotamento sanitário) podem ser sugestivos de uma piora na qualidade de vida da população, resultado de uma situação econômica menos favorável. Mas tal hipótese necessita de uma análise mais aprofundada de outros indicadores socioeconômicos para ser confirmada.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=resultados>.

Acesso em: 10 jun. 2021.

IBGE. **Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**. São Paulo: Trata Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>. Acesso em: 5 jul. 2021.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br